

Um Escudo Azul para a salvaguarda do património cultural em perigo

A Blue Shield to safeguard cultural heritage at risk

Isabel Raposo de Magalhães
Secretária de Estado da Cultura
magalhaes.isabel@gmail.com

■ Introdução

Durante a última década, mais de 4.000 catástrofes naturais semearam morte, desolação, destruição e prejuízos incalculáveis. Os terramotos de Haiti, Japão, Chile, Taiwan, Sumatra; as tremendas inundações no Brasil, Peru, China, Índia, Paquistão, México; as tempestades que assolaram a Madeira, França, Espanha, Bélgica, Alemanha; as erupções vulcânicas da Islândia e Java; os incêndios (incluídos nos riscos antrópicos, tanto os de origem criminosa como técnica) em Portugal, Rússia, Austrália; a explosão da plataforma petrolífera no Golfo do México..., fizeram de 2010 um “anno horribilis” em termos de vidas humanas e perdas patrimoniais.

Não é por acaso que se multiplicaram iniciativas internacionais nos mais variados campos e que a Assembleia Geral das Nações Unidas, no primeiro Dia Internacional para a Redução de Catástrofes celebrado no passado dia 8 de Outubro (criado por deliberação da 66.ª sessão plenária a 21 de Dezembro de 2009), veio alertar para que a redução de riscos é um problema (premente) de todos, que requer a participação e o empenho de governos, de organizações da sociedade civil e de redes de profissionais. Também a UNESCO editou em Junho de 2010, em versão informática, o manual *Managing Disaster Risks for World Heritage* [1].

Para antecipar, para salvar, para reconstruir de forma eficaz é fundamental colaborar. Colaborar com as estruturas governamentais de salvamento, com as estruturas patrimoniais, com as instâncias nacionais e internacionais vocacionadas para a salvaguarda do património. Neste contexto insere-se a actuação do Comité Internacional do Escudo Azul.

■ Património, riscos e ordenamento do território

“O maior, o pior, o mais devastador da história. Este ano, vimos muitas vezes estas palavras nas manchetes dos jornais. Foram utilizadas em relação a terramotos, enchentes, furacões e incêndios florestais, bem como às perdas de vidas humanas e de bens materiais. É muito provável que voltemos a usá-las nos próximos anos, já que as mudanças climáticas se acentuam e os riscos se multiplicam. Para complicar mais o panorama, não foram somente os regimes meteorológicos que mudaram: as sociedades humanas também mudaram. Urbanizaram-se. Os terramotos, enchentes e tempestades que foram devastadores no passado serão ainda mais ainda, num mundo cada vez mais urbanizado.” Excerto da mensagem de Ban Ki-moon, Secretário-Geral da ONU, proferida no Dia Internacional para a Redução de Catástrofes, a 13 de Outubro de 2010 [2].

Património, riscos e ordenamento do território: três pontos de um triângulo estratégico que é fundamental ter em consideração, obrigando-nos a reflectir sobre o passado e a planear melhor o futuro. De facto, um desastre/catástrofe espelha muitas vezes o resultado de decisões anteriores, individuais ou colectivas, bem como de muitas omissões. Construir em leitos de cheias, em zonas de deslizamentos de terrenos ou, ainda, impermeabilizando solos, provocarão seguramente problemas acrescidos, no futuro, aos bens culturais à nossa guarda.

Planeamento, prevenção e cooperação são, pois, palavras-chave que dão expressão real à equação custo/benefício/eficácia e, sobretudo, poderão contrariar a inevitabilidade de uma maior exposição a riscos se traduzir numa

vulnerabilidade acrescida. A título de exemplo, salienta-se o facto de o Chile ter implementado com o apoio do ICCROM, e após o grande terramoto sofrido em 1985, um programa de formação sobre preservação de colecções. O sismo de Fevereiro de 2010, infelizmente muito severo em termos de vidas humanas e destruição, afectou o património num grau muito menor do que seria expectável graças a esse investimento feito na prevenção [3].

Também o Japão após o devastador sismo de Kobe (1995) reforçou as medidas de prevenção, os requisitos técnicos de construção, a preparação de autoridades e civis para uma resposta mais eficaz a uma eventual catástrofe futura, face ao elevadíssimo risco sísmico do país.

■ Resposta a catástrofes: organizações internacionais

O grande tema de reflexão da UNESCO e das ONG ligadas à salvaguarda do Património centra-se nas alterações climáticas e na forma como poderão vir a afectar os bens culturais. Multiplicam-se reuniões a nível mundial sobre prevenção de catástrofes. Em 2005, a Conferência Mundial sobre a Redução de Desastres, realizada em Hyogo (Japão), definia cinco eixos estratégicos de actuação: político (assumir a redução de riscos como uma prioridade através da criação de plataformas nacionais, introduzindo legislação específica e a sua integração nas políticas de desenvolvimento e planificação); científico (identificar, avaliar, monitorizar os riscos e otimizar sistemas de aviso prévio); social (desenvolver uma cultura de segurança e “resiliência”); vulnerabilidades (reduzir os factores de risco); emergência (reforçar a implementação de programas de emergência e de resposta efectiva em todos os níveis).

No seio da Nações Unidas, a International Strategy for Disaster Reduction erigiu como lema para o século XXI: “A Safer World”. Pretende englobar a mitigação de riscos, a sensibilização e envolvimento dos cidadãos, governos e autoridades e, ainda, o aperfeiçoamento de dispositivos de aviso prévio [4]. É interessante verificar o número de publicações que disponibilizou no seu site, só em 2010 [5-7], focando a análise de riscos (prevenção), a avaliação do perigo (medidas de emergência) e a gestão da crise (mitigação e recuperação).

Também o ICCROM direccionou os seus programas

de formação em 2010 para a resposta à situação de catástrofe natural no Haiti [8] (preparando os técnicos das instituições afectadas para a recuperação das suas colecções) e para a resposta a situações inerentes a conflitos [9], porque o enfoque, o “approach” e as circunstâncias são necessariamente diferentes.

Estas questões dos conflitos armados, do saque e depredação que acarretam, são, há décadas, preocupações constantes das instituições internacionais com responsabilidades na área do Património. Esta é a génese do Escudo Azul.

■ O comité internacional do Escudo Azul

As suas origens remontam aos difíceis anos do pós-guerra. Anos de reconstrução e de reconciliação em que se sonhou criar um mundo melhor, aprendendo com os erros do passado. Assim, e por iniciativa da Holanda, a UNESCO organizou uma Conferência intergovernamental em Haia, no ano de 1954.

A Convenção de Haia surge, de facto, na sequência da destruição e espoliação massiva de bens culturais ocorridas na Segunda Guerra Mundial. A amplitude desse fenómeno chocou de tal forma a comunidade internacional que a fez reagir tomando medidas para tentar impedir situações de perda de tesouros artísticos e históricos no futuro.

Trata-se do primeiro tratado internacional de vocação mundial focado na protecção do património cultural em caso de conflito armado e apresenta, para a época, uma visão alargada de bens culturais, uma vez que fala de monumentos, de sítios arqueológicos, de obras de arte, manuscritos, livros e outros objectos de interesse artístico, histórico, arqueológico, bem como de colecções científicas de toda a natureza, independentemente da sua origem ou propriedade.

Os Estados aderentes acordaram em tomar medidas para diminuir os efeitos destrutivos e as consequências nefastas de guerras e conflitos sobre o património e tomar medidas preventivas para o proteger não só em tempos de guerra (quando normalmente já é tarde demais) mas também em tempos de paz, através de um conjunto de resoluções:

- respeitar e salvaguardar os bens culturais durante os conflitos, sejam eles de carácter local ou internacional;

- registar os de maior importância numa listagem internacional, fazendo-os beneficiar de uma protecção especial, assinalando-os com um símbolo (um Escudo Azul) criado para o efeito. Em Viena, Praga, Budapeste, Haia e muitas outras cidades do centro e leste europeus vê-se, à entrada de alguns museus e monumentos, placas com essa indicação;

- criar unidades especiais nas forças armadas que se responsabilizam pela protecção do património (caso da Holanda, Estados Unidos ou Polónia).

O protocolo inicial abordava ainda a exportação ilícita de bens culturais de territórios ocupados, obrigando à sua devolução, e excluindo-os das listas de indemnizações e compensações de guerra. Foi, até à data, assinado por 123 Estados, tendo Portugal aderido em Fevereiro de 2005, enquanto a França o fez em 1957, o Brasil em 1958 e a Espanha em 1992, a título de exemplo.

No final dos anos 80 e durante a década de 90, assistimos a um tipo diferente de conflitos, com as guerras das antigas Jugoslávia e União Soviética e, posteriormente, do Afeganistão e Irão: guerras internas que escolhem muitas vezes por alvos os símbolos e testemunhos culturais e religiosos de algumas etnias e povos, privando-os da sua história, do seu passado e da sua herança cultural.

Foi, pois, necessário rever esta Convenção (que funcionava em termos de direito internacional apenas entre Estados) acrescentando um segundo protocolo em 1999, até ao presente assinado por 58 países (Portugal ainda não o fez...). Para além de reforçar as medidas de protecção, este protocolo introduz sanções e responsabilidades criminais. Por outro lado, reconhece o Comité Internacional do Escudo Azul como instância consultiva.

O símbolo do escudo azul, escolhido pela Convenção de Haia, foi retomado em 1996 pelas quatro entidades fundadoras que representam os arquivos, os museus, os monumentos e sítios e as bibliotecas (o International Council on Archives - ICA; o International Council of Museums - ICOM; o International Council on Monuments and Sites - ICOMOS; e a International Federation of Library Associations and Institutions - IFLA) para criar o Comité Internacional do Escudo Azul, um organismo internacional não governamental que pretende representar o papel da Cruz Vermelha no domínio cultural [10].

Em 2005 juntou-se o Conselho Coordenador da Associação dos Arquivos Audiovisuais, o que demonstra a importância crescente destes novos patrimónios.

O Escudo Azul agrupa profissionais voluntários das instituições patrimoniais e dos organismos da protecção civil, sendo um autêntico viveiro de especialistas susceptíveis de sensibilizar, aconselhar e de intervir rapidamente em situações de risco e de emergência despoletados por catástrofes naturais ou guerras.

Os seus objectivos dão especial ênfase à prevenção de riscos, à formação de especialistas em gestão de situações de emergência, bem como à elaboração de normas no âmbito da prevenção e protecção de acervos e colecções patrimoniais, num espírito de entreatajuda e colaboração internacional.

Por outro lado, as suas ligações privilegiadas a organizações como a Cruz Vermelha Internacional, a UNESCO, o ICCROM ou o Banco Mundial, permitem-lhe congregar esforços e facilitar a ajuda internacional em situações de emergência, recorrendo a programas de financiamento para a reconstrução e o desenvolvimento, conseguindo desbloquear verbas e auxílios de que há inúmeros exemplos desde a China à Sérvia, Republica Checa, Sri Lanka, Bósnia, Iraque, Louisiana ou, mais recentemente, Gaza, Itália e Colónia. Muitos dos seus apelos e tomadas de posição relativamente a catástrofes, conflitos e saques têm tido repercussão, funcionando como alerta e incentivo à resposta internacional (faixa de Gaza, Timor, Haiti...).

Sendo essencial que iniciativas internacionais desta natureza tenham eco nos diversos países, a pouco e pouco foram sendo criados, ou estão em fase de constituição, comités nacionais.

Adoptando os princípios definidos na Carta de Estrasburgo (independência, neutralidade, profissionalismo, voluntariado, respeito pela identidade e diversidade culturais e actuação conjunta), estes comités nacionais reúnem profissionais de horizontes e formações variadas, permitindo uma troca de experiências e de informação, a possibilidade de trabalhar “no terreno”, na proximidade das colecções a proteger, beneficiando de uma vasta rede internacional de apoio. Permite ainda uma colaboração activa e próxima entre os serviços de segurança (bombeiros, protecção civil e forças de segurança) e os especialistas do património.

Oficialmente reconhecido em Maio de 2010, o mais recente comité foi criado no Haiti, no âmbito do esforço nacional para recuperar e proteger o património afectado pelo sismo. Assim existem actualmente Comités oficiais em 19 países: Austrália, Áustria, Bélgica,

Benim, Chile, Cuba, Estados Unidos da América, França, Haiti, Holanda, Israel, Itália, Macedónia, Madagáscar, Noruega, Polónia, Reino Unido e Irlanda, República Checa e Senegal.

Encontram-se em fase de formação 18 comités nacionais: Argentina, Azerbaijão, Bolívia, Brasil, Canadá, Colômbia, Coreia do Sul, Eslovénia, Hungria, Índia, Indonésia, Luxemburgo, México, Palestina, Peru, Rússia, Suíça e Venezuela.

Estes números obedecem a uma certa flutuação, conforme os sites consultados e a data de consulta. Possivelmente correspondem a oscilações na actividade desses comités nacionais [10].

Gostaria de destacar algumas iniciativas importantes do Escudo Azul francês, um dos mais activos e também o que melhor conheço, fruto de plataformas de cooperação estabelecidas, nomeadamente através do programa comunitário NOE, Património e Prevenção de Riscos Naturais, que em Portugal foi coordenado pela região Norte, e com o qual tive o gosto de colaborar.

Uma das mais significativas, o programa “Mémoire des Sinistres” (memória das catástrofes), deu início a um trabalho de levantamento sistemático de catástrofes sobre o Património a nível europeu, tendo em vista a organização de uma base de dados que possa fornecer dados estatísticos (frequência, tipologia, características, efeitos...) indispensáveis para a implementação de uma verdadeira política de prevenção.

Este aspecto da adopção de medidas de prevenção é algo de fundamental em que as instituições detentoras de acervos e colecções patrimoniais investem actualmente. A título de exemplo, citaria o Museu arqueológico de Olímpia que, face ao recorrente risco sísmico da ilha adquiriu um expositor preparado para resistir às ondas vibratórias para proteger um dos seus ex-libris, a escultura do Hermes de Praxíteles.

Outra iniciativa, desenvolvida pelo comité francês do Escudo Azul, foi apoiar a implementação de planos de segurança (prevenção e emergência) nas instituições patrimoniais, museus, bibliotecas e arquivos. Trata-se de um plano que compreende a avaliação e gestão de riscos (considerando o seu impacto imediato e consequências futuras) e a definição de medidas de prevenção a tomar de forma a neutralizar os seus efeitos; a determinação da amplitude dos estragos prováveis e a programação da recuperação de acervos e colecções. A este respeito, o

“Building an Emergency Plan: A Guide for Museums and Other Cultural Institutions”, Los Angeles, Getty Conservation Institute, 1999, de Valerie Dorge e Sharon Jones continua a ser uma referência clássica.

O comité francês do Escudo Azul desenvolve ainda (enquanto parte integrante dos planos de segurança) acções de sensibilização e de formação: seminários, workshops, cursos, para consciencializar e preparar as instituições patrimoniais para se dotarem de mecanismos de prevenção e resposta adequados a situações de crise ou catástrofe. Formação que deve abranger simultaneamente os profissionais da protecção civil, nomeadamente os bombeiros, para que os meios de acção e de intervenção sejam adequados à realidade destas instituições.

Consciente desta realidade, o ex-Instituto Português de Conservação e Restauro – IPCR -, em parceria com a Fundação Oriente, organizou, em Fevereiro de 2006, o primeiro encontro sobre “Planos de Prevenção e Emergência para Museus, Bibliotecas, Arquivos e Monumentos”, onde profissionais dos institutos patrimoniais e da protecção civil e especialistas de riscos partilharam conhecimentos e experiências, no auditório da Biblioteca Nacional.

Uma última iniciativa do Escudo Azul francês que gostaria de destacar foi a elaboração de normas substanciadas em textos e manuais e a sua publicação. É interessante verificar que este movimento de criação de normativos começou no meio das bibliotecas e arquivos pela fragilidade e vulnerabilidade dos seus acervos e também porque as inundações catastróficas na Europa central e do leste se tornaram recorrentes na última década, afectando seriamente o património destas instituições. Assim, a International Federation of Library Associations and Institutions desde muito cedo tratou a questão da prevenção de riscos em inúmeros artigos da sua revista *International Preservation News* e publicou, em 2006, o *IFLA Preparedness and Planning Brief Manual*, uma edição trilingue (inglês, francês e espanhol) [10].

Entre nós, também a Biblioteca Nacional foi a instituição pioneira na tradução para português de textos técnicos sobre o tema.

Para otimizar a actuação dos vários comités, foi criada, por iniciativa da Holanda, em Dezembro de 2008, a Associação dos Comités Nacionais do Escudo Azul – ANCBS – sediada simbolicamente em Haia [11].

Uma das suas primeiras iniciativas foi organizar uma missão a Colónia para apoiar a recuperação do acervo do Arquivo Histórico: 60 profissionais voluntários, vindos de França, Bélgica, Holanda, Reino Unido, Suécia e Suíça, conseguiram tratar, entre Abril e Agosto de 2009, documentos que em estante ocupam 2 km.

Em 2010, a resposta da ANCBS ao sismo de Haiti foi imediata e cobriu várias vertentes: avaliação de estragos nas bibliotecas, arquivos, museus e monumentos (o relatório pode ser consultado no seu site [12]); circulação da informação, cooperação com a UNESCO no comité de coordenação internacional; pedido de voluntários em todos os domínios (inscreveram-se mais de 700); colaboração na criação de um centro para a recuperação do património afectado... Simbolicamente, uma das primeiras medidas, já no terreno, foi “marcar” com o símbolo do Escudo Azul os edifícios a preservar e recuperar.

■ Um comité nacional em Portugal?

Citando Marie Thérèse Varlamoff, durante muitos anos uma das principais responsáveis do Escudo Azul francês, “as we have been advising for years now, the best solution for us as librarian, archivists, curators or conservationists is to join efforts in advocating the creation of national Blue Shield committees whose initial tasks are to: document disasters, inform people of possible risks, take preventive measures, implement and update disaster plans, get ready to react in case of emergency and finally build strategies to recover. Risk consciousness will not avoid disasters but it is by far the best defense that we have to oppose ill will, evil or fatality” [13].

Em Janeiro de 2006, numa reunião que decorreu no Museu Nacional dos Coches, representantes nacionais das quatro entidades fundadoras (ICOM, ICOMOS, ICA e IFLA) e representantes da Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, do Instituto Português dos Museus, do Instituto Português do Património Arquitectónico e do IPCR (por iniciativa deste) decidiram propor ao Comité Internacional a criação de um Comité Português.

Em virtude das várias reestruturações dos organismos do Ministério da Cultura e também das mudanças de direcção nacional dos organismos que representam as entidades fundadoras, o processo parou e ainda não foi

possível reunir o consenso de todos para o retomar.

No entanto, era fundamental propiciar uma outra oportunidade. Por representar o paradigma desta nova mentalidade de abertura, de partilha de saberes e experiências, de maior envolvimento e responsabilidade da sociedade civil e de actuação transversal no património cultural, que se pretende implementar, pela sua capacidade de mobilização e inter-ajuda e pelo eco internacional das suas iniciativas e tomadas de posição, seria uma mais-valia para o país a criação de um comité nacional do Escudo Azul.

Poderia ainda constituir uma plataforma de cooperação mútua acrescida entre os Países Lusófonos, no sentido da coordenação de estruturas, da formação de técnicos, produção e tradução de manuais, contribuindo para a salvaguarda de uma herança cultural comum.

Fica o desafio.

■ Referências

- 1 *Managing Disaster Risks for World Heritage*, UNESCO, Paris (2010), <http://whc.unesco.org/uploads/activities/documents/activity-630-1.pdf> (acedido em 23 de Fevereiro de 2011).
- 2 Ki-moon, B., *Dia Internacional para a Redução de Catástrofes – 13 de outubro de 2010*, <http://www.unicrio.org.br/dia-internacional-para-a-reducao-de-catastrofes-%e2%80%93-13-de-outubro-de-2010/> (acedido a 8 de Novembro de 2010).
- 3 Representante chilena no Conselho do ICCROM, reunião de Novembro de 2010.
- 4 *A Safer World in the 21st Century: Disaster and Risk Reduction. IDNDR Programme Forum, Geneva, July 1999*, http://www.unisdr.org/eng/about_isdr/bd-safer-world-eng.htm (acedido em 8 de Novembro de 2010).
- 5 *Natural Hazards, Unnatural Disasters. The economics of Effective Prevention*, The International Bank for Reconstruction and Development - The World Bank, Washington (2010), <http://www.unisdr.org/publications/v.php?id=15136> (acedido em 23 de Fevereiro de 2011).
- 6 *Disaster Risk Reduction: An Instrument for Achieving Millenium Development Goals*, IPU - UNISDR, Genève (2010), <http://www.unisdr.org/publications/v.php?id=15711> (acedido em 23 de Fevereiro de 2011).
- 7 *Emerging Challenges for Early Warning Systems in Context of Climate Change and Urbanization*, Humanitarian and Development Network, Coppet (2010), <http://www.unisdr.org/publications/v.php?id=15689> (acedido em 23 de Fevereiro de 2011).
- 8 *First Aid to Cultural Heritage in Haiti. 23 August – 10 September 2010*,

- http://www.iccrom.org/eng/news_en/2010_en/events_en/09_21courseFirstAidHTI_en.shtml (acedido em 24 de Fevereiro de 2011).
- 9 *International Course on First Aid to Cultural Heritage in Times of Conflict (FAC10)*. 17 September – 29 October 2010, http://www.iccrom.org/eng/news_en/2010_en/events_en/10_14courseFAC10update_en.shtml (acedido em 24 de Fevereiro de 2011).
 - 10 McIlwaine, J., *IFLA Disaster Preparedness and Planning: A Brief Manual*, IFLA-PAC, Paris (2006), <http://archive.ifla.org/VI/4/news/ipi6-en.pdf> (acedido em 24 de Fevereiro de 2011).
 - 11 *Blue Shield*, http://www.ancbs.org/index.php?option=com_content&view=article&id=53&Itemid=23 (acedido em 10 de Novembro de 2010).
 - 12 *Blue Shield Actions for Safeguarding Heritage in Haiti*, http://www.blueshield-international.org/images/pressreleases/22-03-2010_blueshield_pressrelease_haiti_en.pdf (acedido em 10 de Novembro de 2010).
 - 13 Varlamoff, M. T., 'Editorial', *International Preservation News* **26** (2001) 2.

Recebido: 3 de Março de 2011

Versão revista: 11 de Abril de 2011

Aceite: 11 de Abril de 2011